

ANO 2016

PROCESSO Nº



Câmara Municipal de Bebedouro

SECRETARIA

ESPÉCIE Projeto de Lei nº 98/2016

OBJETO Dispõe sobre abertura de crédito suplementar no valor de
R\$ 816.750,00 (oitocentos e dezesseis mil setecentos e cinquenta reais),
que especifica.

Apresentado em sessão do dia 19/09/2016

Autoria Poder Executivo

Encaminhamento às Comissões de

Prazo final

Aprovado em 19/06/2016 Rejeitado em / /

Autógrafo de Lei nº 5.119/2016

Lei nº 5165 DE 21 DE SETEMBRO DE 2016



Prefeitura Municipal de Bebedouro

Praça José Stamato Sobrinho - nº 45 - CEP 14701-009 - Cx Postal 361
CNPJ - 45.709.920/0001-11 - Insc. Est. Isenta
BEBEDOURO - Estado de São Paulo
Fone: (17) 3345-9100 - www.bebedouro.sp.gov.br

LEI N. 5165 DE 21 DE SETEMBRO DE 2016

Dispõe sobre abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 816.750,00 (oitocentos e dezesseis mil setecentos e cinquenta reais), que especifica.

O Prefeito Municipal de Bebedouro, usando de suas atribuições legais, Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada na Contadoria Municipal, nos termos da legislação em vigor, a abertura de um crédito suplementar no valor de R\$ 816.750,00 (oitocentos e dezesseis mil setecentos e cinquenta reais), para suplementação de verbas do orçamento vigente.

Art. 2º Para abertura do crédito a que se refere o artigo 1º, serão utilizadas as seguintes dotações:

03	Recursos Humanos e Administração	R\$
03.03.00	Departamento de Recursos Humanos	
3.3.90.00.00-04.122.7006-2230	Aplicações Diretas	178.200,00
05	Secretaria da Educação	
05.01.00	Administração Escolar	
3.3.90.00.00-12.122.2001-2388	Aplicações Diretas	226.800,00
06	Saúde	
06.03.00	Vigilância em Saúde	
3.3.90.00.00-10.302.1003-2014	Aplicações Diretas	6.750,00
06.04.00	Gestão	
3.3.90.00.00-10.301.1009-2039	Aplicações Diretas	405.000,00
	Total	816.750,00

Art. 3º O valor do presente crédito será aberto por decreto do Executivo, nos termos do artigo 43 da Lei Federal n. 4.320/64.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta de dotações próprias, consignadas no orçamento, suplementadas, se necessário.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Bebedouro 21 de setembro de 2016.

Fernando Galvão Moura
Prefeito Municipal

Publicada na Secretaria da Prefeitura a 21 de setembro de 2016.

Ivanira A de Souza
Secretaria

"Deus Seja Louvado"

013



CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO

OEC/420/2016 - je

Bebedouro, Capital Nacional da Laranja, 20 de setembro de 2016.

Excelentíssimo Senhor,

Informo-lhe que na 27ª sessão ordinária, realizada ontem, foram aprovados os Projetos de Lei n. 95, 96, 97 e 98/2016, todos de autoria do Poder Executivo.

Para prosseguimento do processo legislativo, encaminho-lhe em anexo os Autógrafos de Lei n. 5116, 5117, 5118 e 5119/2016.

Atenciosamente,

José Roberto De Rosis Mazeu
PRESIDENTE

Excelentíssimo Senhor
Fernando Galvão Moura
PREFEITO MUNICIPAL
BEBEDOURO - SP

*Recebido
27/09/16
Davi*

Deus Seja Louvado

Rua Lucas Evangelista, 652 – Fone (17) 3345-9200 – CEP 14.700-425
BEBEDOURO – ESTADO DE SÃO PAULO

012



CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO

ESTADO DE SÃO PAULO
www.camarabebedouro.sp.gov.br

AUTÓGRAFO DE LEI N. 5119/2016

Dispõe sobre abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 816.750,00 (oitocentos e dezesseis mil setecentos e cinquenta reais), que especifica.

De autoria do Poder Executivo

A **MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO/ESTADO DE SÃO PAULO**, usando de suas atribuições legais, regimentais e constitucionais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada na Contadoria Municipal, nos termos da legislação em vigor, a abertura de um crédito suplementar no valor de R\$ 816.750,00 (oitocentos e dezesseis mil setecentos e cinquenta reais), para suplementação de verbas do orçamento vigente.

Art. 2º Para abertura do crédito a que se refere o artigo 1º, serão utilizadas as seguintes dotações:

03	Recursos Humanos e Administração	R\$
03.03.00	Departamento de Recursos Humanos	
3.3.90.00.00-04.122.7006-2230	Aplicações Diretas	178.200,00
05	Secretaria da Educação	
05.01.00	Administração Escolar	
3.3.90.00.00-12.122.2001-2388	Aplicações Diretas	226.800,00
06	Saúde	
06.03.00	Vigilância em Saúde	
3.3.90.00.00-10.302.1003-2014	Aplicações Diretas	6.750,00
06.04.00	Gestão	
3.3.90.00.00-10.301.1009-2039	Aplicações Diretas	405.000,00
	Total	816.750,00

Art. 3º O valor do presente crédito será aberto por decreto do Executivo, nos termos do artigo 43 da Lei Federal n. 4.320/64.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta de dotações próprias, consignadas no orçamento, suplementadas, se necessário.

“Deus Seja Louvado”

011



CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO

ESTADO DE SÃO PAULO
www.camarabebedouro.sp.gov.br

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bebedouro, Capital Nacional da Laranja, 20 de setembro de 2016.



José Roberto De Rosis Mazeu
PRESIDENTE



Nasser José Delgado Abdallah
1º SECRETÁRIO



Luiz Carlos de Freitas
2º SECRETÁRIO

“Deus Seja Louvado”



CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO

ESTADO DE SÃO PAULO
C.N.P.J. 49.159.668/0001-75
www.camarabebedouro.sp.gov.br

PROJETO DE LEI Nº 098/2016: Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$816.750,00 (oitocentos e dezesseis mil, setecentos e cinquenta reais) que especifica.

PARECER DA COMISSÃO DE ASSUNTOS GERAIS

Diante das atribuições pertinentes a COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO (vide art. 78 da Resolução 64, de 09 de dezembro de 2002 - RICMB) passamos a emitir nosso parecer acerca do PROJETO DE LEI em epígrafe.

Após analisada a propositura referida na epígrafe, parece-nos inexistirem motivos que possam obstar sua tramitação legislativa. Portanto, votamos pela REGULARIDADE da propositura.

Esse é nosso parecer s.m.j.

Bebedouro (SP), capital nacional da laranja, 19 de setembro de 2016.


Tiago Bosco de S. Elias
RELATOR


Sebastiana Maria R. Tavares
PRESIDENTE


Paulo Henrique I. Pereira
MEMBRO

“Deus seja louvado”

009



CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO

ESTADO DE SÃO PAULO
C.N.P.J. 49.159.668/0001-75
www.camarabebedouro.sp.gov.br

PROJETO DE LEI Nº 098/2016: Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$816.750,00 (oitocentos e dezesseis mil, setecentos e cinquenta reais) que especifica.

PARECER DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Diante das atribuições pertinentes a COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO (vide art. 77 da Resolução 64, de 09 de dezembro de 2002 - RICMB) passamos a emitir nosso parecer acerca do PROJETO DE LEI em epígrafe.

Após analisada a propositura referida na epígrafe, parece-nos inexistirem motivos que possam obstar sua tramitação legislativa. Portanto, votamos pela REGULARIDADE da propositura.

Esse é nosso parecer s.m.j.

Bebedouro (SP), capital nacional da laranja, 19 de setembro de 2016.

Nasser José Delgado Abdallah
RELATOR

Angélo Rafael Latorre Daolio
PRESIDENTE

Luiz Carlos de Freitas
MEMBRO



CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO

ESTADO DE SÃO PAULO
C.N.P.J. 49.159.668/0001-75
www.camarabebedouro.sp.gov.br

PROJETO DE LEI Nº 098/2016: Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$816.750,00 (oitocentos e dezesseis mil, setecentos e cinquenta reais) que especifica.

PARECER DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Diante das atribuições pertinentes a COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO (vide art. 76 da Resolução 64, de 09 de dezembro de 2002 - RICMB) passamos a emitir nosso parecer PROJETO DE LEI em epígrafe, o qual dispõe sobre a abertura de **crédito adicional suplementar** referido na epígrafe.

Assim, antes de qualquer coisa, entendemos fundamental esclarecer que **créditos adicionais** são as **autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei Orçamentária Anual**. É o que consta do art. 40, da Lei Federal nº 4.320/64.

Nesse sentido, é certo que os créditos adicionais se classificam em **suplementares, especiais e extraordinários**. Os **suplementares** destinam-se ao reforço de dotação orçamentária, ao passo que os **especiais** se destinam a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica e, finalmente, os **extraordinários** destinam-se a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública, tudo conforme consta do art. 41, da lei federal acima referida.

Isto posto, passo ao parecer.

EXAME DO REPERTÓRIO LEGAL

DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.

Na espécie que o parecer focaliza, é claro o artigo 30, inciso I, no que concerne a competência do município em legislar sobre assuntos de interesse local. Assim, nota-se claramente a competência municipal para legislar acerca da matéria trazida a baila pelo presente PROJETO DE LEI, dado que a abertura de crédito adicional no orçamento municipal se insere, inegavelmente, dentre os assuntos de interesse local. Ademais, a CF/88 prevê mais especificamente em seu artigo 167, inciso V, que poderão ser abertos créditos adicionais condicionados à prévia autorização legislativa.

Portanto, o que o Poder Executivo busca nesse momento, através de LEI, é apenas a **AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA**.

DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE BEBEDOURO

O artigo 58, inciso IV, da LOMB versa acerca de algumas matérias reservadas à competência exclusiva do Prefeito Municipal, dentre as quais estão as matérias orçamentárias, bem como as autorizações para abertura de créditos adicionais, que se envolvem intimamente com o orçamento municipal:

ART. 58 – Compete exclusivamente ao Prefeito Municipal **a iniciativa** do Projeto de Lei que disponha sobre:

“Deus seja louvado”

007



CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO

ESTADO DE SÃO PAULO
C.N.P.J. 49.159.668/0001-75

www.camarabebedouro.sp.gov.br

*IV - **matéria orçamentária** e a que autorize a abertura de créditos adicionais ou conceda auxílios, prêmios ou subvenções;*

Neste aspecto, portanto, inegável que a INICIATIVA do presente PROJETO DE LEI partiu justamente de quem tinha competência para fazê-lo. Assim, não há que se falar em vício de iniciativa quanto à matéria proposta.

DA LEI FEDERAL Nº 4.320/64

Cuidou o autor do projeto de observar o artigo 167, inciso V, da Constituição Federal, na medida em que ele esclarece que, por ocasião da abertura do crédito, que se dará por decreto executivo (vide art. 3º do projeto), é que será indicada a disponibilidade de recursos para cobrir o crédito adicional em questão.

Nesse sentido, a questão comporta alguns esclarecimentos. Pois, verifica-se do artigo 42, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, que:

***Art. 42.** Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo.*

donde temos, que a “**autorização por lei**” e a “**abertura por decreto**” são dois atos distintos, cabendo-nos, por ora, abordarmos tão somente a questão da autorização legislativa.

Assim, muito embora possam surgir algumas dúvidas acerca da indicação dos recursos disponíveis para ocorrer às despesas especificadas no art. 1º, temos como certo que tal indicação somente será necessária, por ocasião da efetiva ABERTURA DO CRÉDITO cuja autorização ora se busca. Vai nesse sentido, não só o artigo 167, inciso V, da CF, como também o artigo 43, da Lei 4.320/64, dispositivos estes que rezam com clareza o seguinte:

***Art. 167.** São vedados:*

*V - a **abertura de crédito** suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;*

***Art. 43.** A **abertura dos créditos** suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa.*

de modo que, por ocasião da edição do Decreto (vide art. 42, da Lei Federal nº 4.320/64), indispensável será a INDICAÇÃO DOS RECURSOS DISPONÍVEIS em atendimento aos artigos acima mencionados, bem como indispensável será a indicação da importância, a espécie do mesmo e a classificação da despesa, até onde for possível, conforme determina o artigo 46, da Lei 4.320/64.

Portanto, muito embora fique o Poder Executivo autorizado desde já à abertura do crédito adicional, tal abertura somente ocorrerá efetivamente com a edição do decreto executivo no qual deverá conter obrigatoriamente a indicação da disponibilidade de recursos.

A respeito do tema, Hely Lopes Meirelles (vide Direito Municipal Brasileiro, 14ª edição, Malheiros Editores, pág. 743) ensina:

“Deus seja louvado”

006



CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO

ESTADO DE SÃO PAULO
C.N.P.J. 49.159.668/0001-75

www.camarabebedouro.sp.gov.br

Os **créditos suplementares** são os que se destinam a reforço das dotações orçamentárias das despesas. São normalmente autorizados por lei especial e abertos por decreto do Executivo. Mas a lei orçamentária também pode fazê-lo, consoante o permite a constituição da República (art. 165, §8º). (...)

Os **créditos especiais** destinam-se a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica. São autorizados pela Câmara e abertos por decreto do Executivo. Esses créditos só se justificam quando as despesas imprevistas a que visam ocorrer, surgidas posteriormente à elaboração do orçamento, não encontrem cobertura nos recursos da *reserva de contingência*. De outra parte, é através da utilização de **créditos especiais** que se tornam disponíveis os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de LOA, ficarem sem despesas correspondentes (CF, art. 166, §8º).

Tanto a abertura de créditos suplementares como a de especiais dependem da existência de *recursos disponíveis* para a despesa e serão precedidas de exposição justificativa. Tais recursos provirão do **superávit financeiro** apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; do **excesso de arrecadação**; da **anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais** autorizados e não utilizados; ou do **produto de operações autorizadas**, em forma que juridicamente possibilite ao Poder executivo realizá-la. A Lei 4.320, de 1964, nos §§2º e 3º, do art. 43, diz o que se deve entender por **superávit** e **excesso de arrecadação**.

Diante do exposto, não encontramos qualquer vício de competência ou legalidade que macule a inciativa contida no PROJETO DE LEI em foco, mormente porque já consta na própria LOA – Lei Orçamentária Anual nº 5.070/15, no art. 6º, inciso I, autorização legislativa para que o Poder Executivo suplemente até 15% do total das despesas fixadas no art. 4º que é de R\$241.892.000,00. Nesse sentido, uma vez atendidos os dispositivos de lei acima mencionados, não encontramos óbice à aprovação do presente PROJETO DE LEI.

É nosso parecer, s.m.j.

Bebedouro, Capital Nacional da Laranja, 19 de setembro de 2016.


Fernando José Piffer
RELATOR


José Baptista de Carvalho Neto
PRESIDENTE


Sebastiana Maria Ribeiro Tavares
MEMBRO

“Deus seja louvado”

005



Prefeitura Municipal de Bebedouro

Praça José Stamato Sobrinho - nº 45 - CEP 14701-009 - Cx Postal 361
CNPJ - 45.709.920/0001-11 - Insc. Est. Isenta
BEBEDOURO - Estado de São Paulo
Fone: (17) 3345-9100 - www.bebedouro.sp.gov.br

Bebedouro Capital Nacional da Laranja, 13 de setembro de 2016.
OEP/384/2016

Senhor Presidente

Encaminhamos para apreciação e aprovação dessa Egrégia Câmara, **em regime de urgência**, o Projeto de Lei que dispõe sobre abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 816.750,00 (Oitocentos e dezesseis mil, setecentos e cinquenta reais), que especifica.

O projeto em questão refere-se a ocorrer às despesas com aquisição de 605.000 (seiscentos e cinco mil) vales transportes, por um período de 12 (doze) meses, para os servidores públicos municipais do Poder Executivo, sendo 132.000 (cento e trinta e dois mil) para Departamento de Recursos Humanos, 168.000 (cento e sessenta e oito mil) para a Secretaria de Educação, 300.000 (trezentos mil) ao Departamento de Saúde e 5.000 (cinco mil) para a Vigilância Epidemiológica, conforme documentos anexos.

Atenciosamente

Fernando Galvão Moura
Prefeito Municipal

Nº de Protocolo
32341/2016

CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO

Data: 14/09/2016 Hora: 14:07

Espécie: Projeto de Lei Nº 98/2016

Autoria: Fernando Galvão Moura

Assunto: Dispõe sobre abertura de crédito suplementar

A Sua Excelência o Senhor
José Roberto De Rosis Mazeu
Presidente da Câmara Municipal de Bebedouro
Bebedouro-SP.

CIENTE EM 15 / 09 / 2016
Mazeu
PRESIDENTE

“Deus Seja Louvado”

004



Prefeitura Municipal

Praça José Stamato Sobrinho - nº 45 -
CNPJ - 45.709.920/0001-11 - Insc. Est. Isenta
BEBEDOURO - Estado de São Paulo
Fone: (17) 3345-9100 - www.bebedouro.sp.gov.br

APROVADO P/ UNANIMIDADE

19/09/16

José Roberto De Rosis Mazeu
Presidente

PROJETO DE LEI Nº 98 /2016.

Dispõe sobre abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 816.750,00 (Oitocentos e dezesseis mil, setecentos e cinquenta reais), que especifica.

O Prefeito Municipal de Bebedouro, usando de suas atribuições legais, Faz saber que a Câmara Municipal aprova a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizada na Contadoria Municipal, nos termos da legislação em vigor a abertura de um crédito suplementar no valor de R\$ 816.750,00 (Oitocentos e dezesseis mil, setecentos e cinquenta reais), para suplementação das seguintes verbas do orçamento vigente.

Art. 2º - Para abertura do crédito a que se refere o artigo 1º, serão utilizadas as seguintes dotações:

03	Recursos Humanos e Administração	
03.03.00	Departamento de Recursos Humanos	
3.3.90.00.00-04.122.7006-2230	Aplicações Diretas _____	178.200,00
05	Secretaria da Educação	
05.01.00	Administração Escolar	
3.3.90.00.00-12.122.2001-2388	Aplicações Diretas _____	226.800,00
06	Saúde	
06.03.00	Vigilância em Saúde	
3.3.90.00.00-10.302.1003-2014	Aplicações Diretas _____	6.750,00
06.04.00	Gestão	
3.3.90.00.00-10.301.1009-2039	Aplicações Diretas _____	405.000,00
	Total	816.750,00

Art. 3º - O valor do presente crédito será aberto por Decreto do Executivo, nos termos do Artigo 43 da Lei Federal 4320/64.

Art. 4º- As despesas decorrentes com a execução da presente Lei, correrão por conta de dotações próprias, consignadas no orçamento, suplementadas se necessário.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Bebedouro, 13 de setembro de 2016

Fernando Galvão Moura
Prefeito Municipal

“Deus

Nº de Protocolo

32341/2016

CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO

Data: 14/09/2016 Hora: 14:07

Espécie: Projeto de Lei Nº 98/2016

Autoria: Fernando Galvão Moura

Assunto: Dispõe sobre abertura de crédito suplementar

003



**Prefeitura de
Bebedouro**

ADM. 2013/2016



Unindo esforços, somando competências

Praça José Stamato Sobrinho - Nº 45 - CEP 14701-009 - Cx Postal 361
CNPJ - 45.709.920/0001-11 - Insc. Est. Isenta
BEBEDOURO - Estado de São Paulo
Fone: (17) 3345-9100 www.bebedouro.sp.gov.br

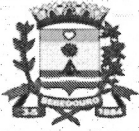
Crédito Suplementar

Art. 1º. ...a abertura de um crédito suplementar no valor de R\$ 816.750,00 (Oitocentos e dezesseis mil, setecentos e cinquenta reais).

03	Recursos Humanos e Administração		
03.03.00	Departamento de Recursos Humanos		
3.3.90.00.00-04.122.7006-2230	Aplicações Diretas _____		178.200,00
05	Secretaria da Educação		
05.01.00	Administração Escolar		
3.3.90.00.00-12.122.2001-2388	Aplicações Diretas _____		226.800,00
06	Saúde		
06.03.00	Vigilância em Saúde		
3.3.90.00.00-10.302.1003-2014	Aplicações Diretas _____		6.750,00
06.04.00	Gestão		
3.3.90.00.00-10.301.1009-2039	Aplicações Diretas _____		<u>405.000,00</u>
	Total		816.750,00

Art. 2º. O valor de presente crédito será aberto por decreto do Executivo, nos termos do artigo 43 da Lei Federal 4320/64.

OBS:



Prefeitura de Bebedouro

ADM. 2013/2016

Unindo esforços, somando competências

Praça José Stamato Sobrinho - Nº 45 - CEP 14701-009 - Cx Postal 361
CNPJ - 45.709.920/0001-11 - Insc. Est. Isenta
BEBEDOURO - Estado de São Paulo
Fone: (17) 3345-9100 www.bebedouro.sp.gov.br



Prefeitura Municipal de Bebedouro

Estado de São Paulo
Divisão de Despesas - Setor de Licitação
Praça José Stamato Sobrinho, nº 45 - Centro - Bebedouro/SP. - Cep. 14.701-900
Fone/Fax: (17) 3345 9116
Site: www.bebedouro.sp.gov.br

CAMARÁ

20/2016 - OSSL
Bebedouro, Capital Nacional da Laranja, 09 de setembro de 2016.

Prezado Senhor Diretor:

Vimos, através do presente, solicitar a **Suplementação de Verba** para a(s) **Despesa(s)** abaixo relacionada(s):

DESPESA	VALOR ESTIMADO EXECÍCIO 2016
424	405.000,00
83 /	178.200,00
172 /	226.800,00
402 /	6.750,00

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 605.000 (SEISCENTOS E CINCO MIL) VALES TRANSPORTES, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE MESES), PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DO PODER EXECUTIVO: SENDO 132.000 RECURSOS HUMANOS, 168.000 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, 300.000 DEPARTAMENTO DE SAÚDE E 5000 VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA

DESTINO: DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SAÚDE, DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA

FONTE DE RECURSOS: 01 - TESOURO - 3100000 SAÚDE - GERAL, 01 - TESOURO - 1100000 GERAL, 01 - TESOURO - 2200000 ENSINO FUNDAMENTAL, 05 - TRANSFERÊNCIAS E CONVENIOS FEDERAIS - VINCULADOS - 3000019 INCENTIVO NO ÂMBITO DO PROG. NAC. HIV AIDS E OUT. DST

PERÍODO: 12 (DOZE) MESES

REQUISIÇÃO: 41971 - 41972 - 41973 - 41974/2016

Sem mais para o momento, subscrevo-me mui, atenciosamente.

Luis Antonio Nogueira
Presidente da Comissão Municipal de Licitação

Paulo Stamato Sobrinho
Cep- 970-723.238-91
Diretor do Setor de Despesa

Ao
Ilmo. Sr.
Josué Marcondes de Souza
Diretor do Departamento de Finanças/Contabilidade e Orçamento da Prefeitura
Nesta